

***A3. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudos de perspectivas concorrentes***

***A4. Críticas ambientalistas à Revolução Verde***

**Por:** Anna Laura Figueiredo; Athaan Silva; Bruna Almeida; Carolina F. dos Santos; Jade Castagna; Jeremy Leclere; Matheus Bizinotto; Pedro Barros

**Introdução**

Com as luzes das noções polissêmicas de segurança e soberania alimentar, o desafio de oferecer alimentos em quantidade e qualidade para a população mundial exige uma análise integrada de ambas, considerando diferentes discursos e intenções. Dessa forma, o presente trabalho tem o objetivo de constituir um instrumento de análise para a compreensão integrada dessas ambivalências, considerando em particular as críticas ambientalistas à Revolução Verde. Para tal propósito, dois artigos subsidiam uma revisão sobre a construção histórica dos termos a partir do embates em torno de conceituações pautadas pelos interesses do capital agroindustrial ou pelos representantes da agricultura camponesa.

Vale insistir que essa noção de segurança alimentar apresenta muitas ambivalências, sendo, assim, essencial realçar as críticas e insatisfações em torno desta questão. De fato, em nome da segurança alimentar são concebidas tanto medidas de proteção das agriculturas locais quanto estratégias favoráveis à liberação do comércio internacional de alimentos. A defesa das agriculturas locais salienta a mobilização sustentável dos recursos naturais disponíveis pelos agricultores familiares que destinam sua produção alimentar aos mercados regionais.

Neste quadro, este texto busca apontar os aspectos que possam explicar os descontentamentos recentes e a crescente defesa da noção de soberania alimentar, vinculando-a com uma análise sobre as estratégias dos agricultores familiares associadas a modelos produtivos mais respeitosos ao meio ambiente.

**Críticas ambientalistas à Revolução verde**

O termo Revolução Verde foi cunhado e ganhou destaque na década de 1970, mas importantes inovações tecnológicas no campo da agricultura já vinham acontecendo desde a década de 1950, no contexto do pós-guerra. A motivação da propagação de suas ideias se associa à ideia segundo a qual o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que seria assegurado com o melhoramento genético vegetal no sentido de explorar ao máximo o emprego de insumos químicos e a mecanização. Esse processo

foi alavancado ideologicamente sob o manto da modernização, que se tornou uma noção legitimadora coerente de interesses empresariais fundados em paradigmas técnico-científicos e econômicos. Dessa forma, a Revolução Verde foi muito funcional para a evolução do capitalismo em momento histórico de acelerada industrialização e urbanização.

Também conhecida como Segunda Revolução Agrícola, esse novo regime tecnológico gerou críticas pelos seus impactos negativos sociais e ambientais. O primeiro tipo de crítica se refere à técnica para aumento da produtividade. Os críticos questionam a relação do ser humano com a natureza, provocando a desfiguração desta última com diversos impactos ambientais negativos, tais como a poluição excessiva da água, o envenenamento dos alimentos, a perda da fauna e flora, a destruição dos solos e o assoreamento dos rios.

A segunda crítica é a de cunho social, ancorada nos malefícios como o empobrecimento da população, desemprego no campo, favelização dos trabalhadores rurais, superexploração do trabalhador rural e esvaziamento do campo.

A crítica econômica consiste na constatação de que houve um aumento dos custos de produção devido ao uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos, cuja fabricação e aplicação é muito dependente do petróleo.

Com a Revolução Verde, ocorreu ainda a formação de grandes oligopólios dominados por multinacionais controladoras de patentes e do comércio mundial de alimentos. Além de acelerar o processo clássico de diferenciação do campesinato, “espremendo” os camponeses entre as indústrias produtoras de insumos e as agroindústrias que se utilizam de suas matérias-primas, os modelos de produção dominantes oferecem hoje um horizonte que pode, enfim, eliminar as condições de permanência do camponês em suas atividades, concluindo assim o processo de desintegração de produtores agrícolas diretos. É dessa maneira que a reprodução social dos camponeses passa a exigir uma mudança na maneira de produzir, motivando experiências de resistência ao modelo do agronegócio.

Paralelamente, as consequências ambientais desastrosas desse modelo e sua cada vez mais evidente insustentabilidade acabaram alimentando intensamente o debate sobre as noções de segurança e soberania alimentar, que discutiremos de forma mais aprofundada a seguir.

### **Nascimento da noção de segurança alimentar na Europa**

A noção de segurança alimentar nasceu na Europa após a Segunda Guerra Mundial como uma estratégia militar de independência alimentar. Nesta época, a ideia de arma alimentar pode ser encontrada nas entrelinhas da Política Agrícola Comum (PAC), a qual busca assegurar a autossuficiência no abastecimento em alimentos dos mercados europeus. A alimentação adquire então um significado de segurança nacional. Assim, o ponto principal desta política é assegurar uma oferta abundante e com preços reduzidos de produtos alimentares europeus, além de uma remuneração considerada adequada aos agricultores.

É importante ressaltar que a segurança alimentar foi alcançada graças a uma organização politicamente poderosa do mundo agrícola, favorecendo a orientação com vistas à modernização, que contou com o auxílio de cooperativas e sindicatos de agricultores. Junto com o Estado, estas organizações de representação dos agricultores co-geriram as mudanças modernizadoras na agricultura. Porém, esta orientação produtivista passa a ser cada vez mais contestada devido aos seus efeitos sociais e ambientais negativos, com inconvenientes consideráveis, como excedentes custosos e desaparecimento de explorações familiares marginalizadas.

### **O debate sobre a segurança alimentar no Brasil**

O debate sobre a segurança alimentar no Brasil foi diferente do caso europeu. A noção se propaga em paralelo à transição democrática dos anos 1980, com ênfase na equidade no acesso aos alimentos, levantando questões como reforma agrária e valorização. A prioridade ao objetivo de segurança alimentar foi apresentada pela oposição ao governo de Fernando Collor de Melo, liderado por Lula, através da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA).

Essa ideia abraçava a reforma agrária, as políticas de emprego e rendas e a produção de alimentos pela agricultura familiar. Assim foram estabelecidos programas contra a fome, estabelecido no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), criado a partir de uma proposição da PNSA, com o objetivo de fortalecer a participação da sociedade civil no processo de tomada de decisão neste âmbito.

Em paralelo, outra visão de segurança alimentar foi proposta pela Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG). Sua ideia era de reforçar o poder do setor agroindustrial, aumentando a oferta de produtos como principal meio para lutar contra a fome.

Esse embate de perspectivas nos ajuda a compreender porque organizações como a Via Campesina contestam a noção de segurança alimentar. A crítica se dirige a um enfoque exclusivo sobre o aumento produção de alimentos.

Assim, a Via Campesina cunha a noção de soberania alimentar, propondo que cada comunidade ( município, região, povo de um país) possa ter garantido recursos e condições que possibilitem a produção de seu alimento, adequados à realidade local, valorizando em particular sua biodiversidade. Trata-se assim de resistência deste movimento camponês perante as cadeias produtivas do agronegócio, em defesa da agricultura familiar e da conservação ambiental.

### **Estratégia da agricultura familiar paulista e a soberania alimentar**

A agricultura familiar desenvolvendo estratégia de soberania alimentar deve se valer de aliança entre agricultores e consumidores. No estado de São Paulo, o exemplo dos agricultores

familiares de São Pedro é significativo de práticas associadas à interação com a comunidade, facilitando assim o fortalecimento da agricultura familiar local.

Em São Pedro, foi fundada a COOPAMSP (Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro), que é responsável pela distribuição de leite de seus cooperados para cidades vizinhas. Diferentemente, de um sistema de exportação com a lógica de circuito longo (como o agronegócio), os circuitos curtos representados pelo tipo de comercialização da COOPAMSP promovem os recursos territoriais, gerando empregos e renda localmente. Os agricultores da cooperativa participam da Feira do Agricultor em São Pedro, tendo contato direto com os consumidores, o que fortalece a aliança citada anteriormente, assim como o reconhecimento do papel alimentar dos agricultores familiares.

### **Conclusão**

O campo de debate sobre questões alimentares é em ebulição. Sua agenda de discussões, tanto em nível internacional quanto nacional, é permeada de interesses diversos de diferentes atores sociais, com maior ou menor poder de influência na decisão política. A noção de soberania alimentar nasce do descontentamento de camadas populares de diferentes partes do mundo. Neste âmbito, as organizações camponesas construíram o termo enquanto uma ética de vida. Esta construção é enriquecida por debates notadamente nas instâncias que abrigam as organizações camponesas críticas das políticas agrícolas liberalizantes.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2010), “Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes”, *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, vol. 17(2), Campinas: Unicamp, pp. 78-87.
- MOREIRA, Roberto José (2000). “Críticas ambientalistas à Revolução verde”. *Estudos sociedade e agricultura*, n° 15, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, pp. 39-52.